

MOVIMENTO DE MIGRAÇÃO PENDULAR E A COVID-19

Movimiento Migratorio Pendular y Covid-19

Pendular Migratory Movement and Covid-19

Christyan Stresser Ciriaco*
Maria das Graças de Lima**

Resumo: O objetivo do trabalho é demonstrar a relação entre os casos de Covid-19 nas pequenas cidades do interior do Paraná com o movimento de migração pendular das populações desses municípios. De forma geral, a migração pendular nessas cidades pode explicar o aumento de casos de Covid-19 por conta da circulação de pessoas em cidades maiores onde a presença do vírus é maior. Com essa circulação populacional em decorrência de oportunidades de trabalho, estudo e até mesmo saúde, causa o transporte de casos de Covid-19 das cidades metrópoles até as pequenas cidades do seu entorno.

Palavras-chave: Mobilidade; Movimento pendular; Covid-19; Paraná.

Resumen: El objetivo de este trabajo es demostrar la relación entre los casos de Covid-19 en pequeñas ciudades del interior de Paraná con el movimiento migratorio pendular de las poblaciones de estos municipios. En general, los desplazamientos en estas ciudades pueden explicar el aumento de casos de Covid-19 debido al movimiento de personas en ciudades más grandes donde la presencia del virus es mayor. Con esta circulación de población producto del trabajo, el estudio y hasta las oportunidades de salud, provoca el transporte de casos de Covid-19 desde las metrópolis hacia los pequeños pueblos de alrededor.

Palabras clave: Movilidad; movimiento pendular; COVID-19; Parana.

Introdução

A mobilidade humana é um fenômeno antigo e presente nas diversas culturas ao redor do mundo. A circulação de pessoas com o passar dos séculos foi alterada por mudanças sociais e econômicas, principalmente com o advento da globalização. Relações entre continentes se tornou possível e o relacionamento se tornou cada vez mais intenso. Assim, deslocamentos e movimentos de mobilidade e migração puderam ser observados nos diversos aspectos do cotidiano, seja de forma mais global ou em menor escala envolvendo cidades de uma mesma região com distâncias possíveis de interações diárias. É nesse sentido que se consolida os movimentos pendulares, onde uma população se desloca de um local menos desenvolvido economicamente e com poucas oportunidades de trabalho e educação para cidades mais metropolitanas e desenvolvidas com abun-

* Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail christyanstresser@gmail.com.

** Geógrafa (UEL). Doutora em Geografia Humana (USP). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. E-mail mglima@uem.br.

Abstract: The objective of this work is to demonstrate the relationship between the cases of Covid-19 in small cities in the interior of Paraná with the pendular migration movement of the populations of these municipalities. In general, commuting in these cities can explain the increase in Covid-19 cases due to the movement of people in larger cities where the presence of the virus is greater. With this population circulation as a result of work, study and even health opportunities, it causes the transport of Covid-19 cases from metropolises to the small towns around them.

Keywords: Mobility; Pendular movement; Covid-19; Paraná.

dância empregatícia e universidades (TAVARES; OLIVEIRA, 2017).

Analisar o deslocamento populacional que se faz diariamente presente nas relações humanas não pode ser feito de forma específica, como uma escolha pessoal por exemplo, pois envolve diversas complexidades sociais, econômicas e culturais, como a vulnerabilidade que esses grandes centros impõem a essa população que migra diariamente, e a grande desigualdade social e regional presente nos municípios (PERPÉTUA, 2010).

Na atualidade pode-se observar que uma problemática se coloca presente, a Pandemia da Covid-19 evidenciou outra fragilidade desses grandes aglomerados populacionais, uma vez que diversas pessoas se colocavam em risco com esse movimento de ida e vinda de suas moradias para os grandes centros. Isso implicou uma multiplicação do vírus em razão do contato que essas pessoas tinham nas cidades maiores.

Tal fato pode ser observado no interior do Paraná, onde as cidades menores foram impactadas com o movimento pendular de sua população para as cidades maiores principalmente por conta de trabalho, e nos anos de Pandemia se pode notar uma maior vulnerabilidade das pessoas que faziam esse movimento e muitas vezes traziam consigo a infecção. Característica parecida foi observada por (BOGUS; MAGALHÃES; PASTERNAK; SILVA, 2020) no Estado de São Paulo, onde uma etapa da con-

taminação “ocorre com o deslocamento, através de estradas vicinais, de pessoas infectados com o vírus para as cidades pequenas, afastadas dos municípios polos das regiões metropolitanas, conectadas mais aos municípios médios de seus estados”. Nesse sentido, o aumento dos casos de Covid-19 pode está diretamente relacionado com essa migração pendular da região durante a Pandemia nos meses de março a junho de 2020.

Mobilidade humana

Desde o surgimento do ser humano na terra a locomoção se tornou essencial na busca pela sobrevivência. Contudo, a centralidade da discussão apenas entra em questão com o desenvolvimento do sistema de trocas de mercadorias que acentuou a necessidade de circulação de bens e consumo, mas também de informações, conhecimento, pessoas e trabalho. Assim, com a consolidação do sistema de produção capitalista e a consolidação das cidades, a mobilidade humana passou a ser fator essencial, fazendo com que se tornasse, inclusive, um direito humano reconhecido internacionalmente.

Quando a sociedade moderna introduziu a máquina como instrumento de trabalho, no final do século XVIII, e absolutizou a propriedade privada, estava reforçando a raiz geradora da atual mobilidade humana, o que aparece especificamente nas migrações: êxodo rural, exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças, crescimento e inchaço das cidades com periferias que confinam os excluídos sem a mínima infra-estrutura de esgotos, transporte, habitação, trabalho, escolas e de serviços comunitários básicos (ZAMBERLAM, 2004, p.11).

Porém, a centralidade da questão não surge pura e simplesmente pela necessidade de conseguir meios de sobrevivência, como acontecia em tempos antigos. Em realidade, a mobilidade hoje em dia se dá muito mais pela busca incessante de uma sobrevivência que agora é regulada pelas leis do mercado, pela precarização do trabalho, pelas diferenças de classe e pela velocidade em que as condições de vida se alteram (PERPÉTUA, 2010).

Essas constantes trocas e o aumento das interações para além das fronteiras faz com que mudanças econômicas, políticas e sociais aconteçam à nível global, dessa forma, pensar em migração é olhar para a globalização, perceber os processos de politização, a rapidez dos fluxos migratórios que acontecem pelos mais variados motivos, bem como o aumento do caráter feminino dessas migrações (CASTLES; MILLER, 2004).

De início é importante destacar que “a temática da mobilidade humana prende a atenção dos geógrafos desde há muito e indubitavelmente é digna de pers-

crutação pelos estudiosos da ciência geográfica”, seja nos estudos da população, no sentido de compreender as causas dos fenômenos sociais e naturais ou “do ritmo e da intensidade dos deslocamentos pode trazer pistas fundamentais para o desvendamento de uma ampla gama de fenômenos essencialmente geográficos” (PERPÉTUA, 2010, p. 135). Assim, os estudos populacionais da Geografia se distanciam dos estudos de Demografia na medida em que o primeiro em razão da orientação de sua perspectiva analítica, têm como foco a espacialização dos fenômenos (PERPÉTUA, 2010, p. 135).

Nesse sentido, esses fenômenos acontecem e extrapolam as barreiras fronteiriças, contudo, em geral essas migrações “põem em movimento espaços de mobilidade que podem ser denominados territórios circulatórios transnacionais”, dessa forma, elas também passam a existir juntamente com as “migrações clássicas” como os espaços de “trabalho agrícola, urbano, industrial com idas e voltas comerciais às cidades, ao país.” (MAZZA, 2015, p. 239).

Dentro dessa problemática, se entende que a mobilidade é pode se compor como “deslocamentos diários e sazonais, que não implicam mudança temporária ou permanente de residência” havendo em muitos casos uma “dialogicidade da dimensão espaço-tempo do fenômeno migratório” (COELHO NETO, 2020). Assim, conforme escreve Salim (1992 p. 122) sobre os adeptos da teoria neoclássica, essas migrações são causadas pelos “desequilíbrios espaciais dos fatores de produção: terra, capital e recursos naturais”. Já, para os filiados a perspectiva neomarxista, a migração é fruto da crescente vinculação dos trabalhadores e do trabalho ao mercado capitalista (COELHO NETO, 2020).

É preciso olhar para essas diversas alterações sociais, principalmente para a “revolução industrial e os processos de industrialização que provocaram enormes fluxos migratórios para os centros urbano-industrial, em especial a migração rural-urbana” e, posteriormente, a grande explosão desse fluxo, com a globalização e o desenvolvimento da tecnologia (COELHO NETO, 2020, p. 369).

Não é possível, assim, desvencilhar a mobilidade humana das questões sistêmicas do capital (COELHO NETO, 2020). Isso porque um se relaciona e depende hierarquicamente um do outro, pensando não apenas em uma “reprodução do capital, mas, também, para a reprodução da força de trabalho”, onde os trabalhadores passam a se movimentar a partir das leis do mercado, da oferta e da procura (COELHO NETO, 2020, p. 370). Sujeitam-se, assim, a toda sorte, em busca da sobrevivência diária.

Um dos diversos motivos que conduzem um indivíduo a se tornar um migrante na maioria das situações, remete-se a procura de melhores condições de trabalhos e melhor

remuneração, fator que na maior parte dos casos encontra-se indisponível ou ausente no local de origem do migrante” (RAVENSTEIN, 1980, p. 19-88).

Olhando mais internamente “na organização do território, a distribuição de funções entre cidades engendra movimento populacionais importantes, sobretudo com o entorno” isso faz com que passa a existir “polaridades, no sentido de que certas localidades concentram atividades econômicas e equipamentos, e por consequência, oportunidades, principalmente trabalho” (BARCELLOS; JARDIM, 2008, p. 2).

Isso coloca em questão que com o aumento e com o crescimento dos centros urbanos, nem todos possuem, por conta do sistema hierarquizado, acesso e poder aquisitivo suficientes para garantir a sobrevivência digna sem ser proprietário do meio produção. Assim, a evidência da periferização das cidades extrapola os bairros e ganham dimensões metropolitanas, onde podem gerar renda e trocas econômicas, demandando políticas públicas e de governança que garantam o direito as condições dignas de sobrevivência.

A partir dessas perspectivas de transformação da mobilidade humana e sua complexificação por conta da imposição do sistema de exploração capitalista do trabalho humano, é que surgem diferentes aglomerados urbanos, com demandas e necessidades desiguais em que ocorrerá um fluxo do menor para o maior, em busca melhores condições de existências. É nesse sentido que se passa a discutir sobre o movimento de migração pendular.

Movimento de migração pendular

De forma geral, o movimento pendular é um tipo de mobilidade humana e se caracteriza como “um fenômeno da mobilidade espacial da população e recebe essa designação por ser um deslocamento de ida e retorno com determinada frequência, assimilando-se a um pêndulo” (BERSOT, 2019, p. 1368). Com o crescimento populacional e os problemas de desigualdade social ocasionados pela colonização e o sistema capitalismo “esse movimento ocorre devido à necessidade dos sujeitos de buscarem bens e serviços fora de sua cidade, tendo como maior fator a demanda por trabalho e/ou estudo, ou seja, caracteriza-se pelo deslocamento dos indivíduos do local em que se encontra o seu domicílio ao local em que estudam ou trabalham” (BERSOT, 2019, p. 1368).

Para o autor Jardim (2007) as migrações pendulares ocorrem muitas vezes em razão de processos de deslocamentos da população no território, por alguma situação que provoque esse movimento de deslocamento, num determinado con-

texto e tempo socialmente constituído, quando esse movimento acontece junto com ele vem atrelado mudanças na organização da economia e da sociedade que vai ganhando especificidades e finalidades (FRANCELLINO 2020, p. 142). Por conta disso, não deve estar desvinculado dos estudos de urbanização, constituição dos espaços urbanos, mundo do trabalho e desigualdade social, esse fenômeno quando ocorre está vinculado de forma complexa com mudança social e do desenvolvimento econômico (FRANCELLINO, 2020, p. 142).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2003), isso que chamamos de “movimentos pendulares” é habitualmente utilizado para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo” (INE, 2003, p.2). De acordo com esses estudos, pode-se retirar de conteúdo teórico que “o conceito de movimento pendular encerra, na sua forma mais simples, duas deslocações de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: uma de ida para o local de trabalho ou estudo e outra de retorno ao local de residência” (INE, 2003, p.2). Dessa forma, o movimento pendular é antes de tudo, “uma questão funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho ou estudo” (INE, 2003, p. 2).

Por se configurar como uma modalidade da mobilidade humana, por vezes o movimento pendular é confundido com a experiência de migratório ou migração (BERSOT, 2019). No entanto, por mais que ambas estejam relacionadas ao fluxo de pessoas pelo território e da capacidade de mobilidade espacial dos indivíduos, o autor Moura (2005, p. 124) escreve que “enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica”. Assim sendo, pode-se dizer que “migração e movimento pendular são diferentes, pois a migração compreende uma mudança do local de residência para uma outra em que o sujeito se fixa, já o movimento pendular não requer mudança de residência, o indivíduo retorna para sua cidade de origem depois de completar suas atividades diárias” (BERSOT, 2019, p. 1371).

Esse movimento de deslocamento que tem como característica o crescimento populacional representa a migração pendular, tem trazido grandes consequências para as cidades metropolitanas como por exemplo “aumento expressivo de moradias desiguais, diminuição da qualidade de vida, aumento da criminalidade, trânsito caótico entre outros” (FRANCELLINO, 2020, p. 144). Para o autor Francellino (2020, p. 144) cidades de porte médio como Maringá-PR, Jundiá-SP, Macaé- RJ, e aglomerações urbanas não metropolitanas também cresceram e com elas, seus problemas (FRANCELLINO, 2020, p. 144).

Para fins deste estudo, “optou-se pelo uso dos termos “movimento” ou “deslocamento” pendular, por se entender que tal dinâmica envolve um deslocamento diário e que, portanto, não implica transferência para ou fixação definitiva em outro lugar” (MOURA, 2005, p. 123). Assim, “os parâmetros principais para estas diferenciações residem, pois, na duração dos deslocamentos e em sua escala de abrangência, de modo que somente aqueles que implicam a mudança permanente do local de residência dos indivíduos podem ser chamados de movimentos migratórios” (PERPÉTUA, 2010, p. 135).

Então, pode-se afirmar que esse movimento de deslocamento pendular possui aspectos e características complexas além de inúmeros fatores “que fazem uma pessoa sair do seu lugar e se movimentar para outro, muitas vezes inexplorável e repleto de diferenças, valores culturais, sociais, políticos exercendo mudanças na identidade de cada um, assim, como tais lugares em função das interações sociais sofrem mutações constantes em sua paisagem, formas e na cultura local” (FRANCELLINO, 2020, p. 144). Francellino ainda escreve que por essa razão, “o homem é produto e produtor da sociedade, modifica e é modificado pelo espaço” (FRANCELLINO, 2020, p. 144).

Para Coelho Neto, essa definição de migração baseada na relação com valores culturais, sociais e políticos, que o trabalhador reside em determinado município e trabalha em outro, permite entender e diferenciar da concepção de mobilidade “que implica decisivamente mudança de residência, ao passo que a mobilidade envolve também deslocamentos diários e sazonais, que não implicam mudança temporária ou permanente de residência” (COELHO NETO, 2020, p. 365). Neste sentido, “uma das formas de mobilidade populacional é o movimento pendular, o qual caracteriza-se pela possibilidade das pessoas locomoverem-se no espaço buscando em outros locais bens e serviços que não são viabilizados em seu lugar de origem, seja por motivo de trabalho, estudo, saúde ou outros” (TAVARES, 2016, p. 16).

Esse movimento estudado como forma de mobilidade é relevante e permite “compreender a dinâmica da população e da hierarquia urbana, contribuindo para o entendimento do processo de produção e organização do espaço geográfico” (TAVARES, 2016, p. 16). Essas informações “adquiridas e analisadas, pode-se identificar centralidades e áreas de influência bem como áreas onde os investimentos públicos em serviços como transporte, educação entre outros são mais deficitários”, isso significa que esses dados vão servir para criação e implementação de políticas públicas (BERSOT, 2019, p. 1372).

Migração pendular e covid-19

Com o advento da Pandemia de COVID-19, os grandes aglomerados das cidades metropolitanas passaram a ser considerados um lugar de grande risco e vulnerabilidade em razão das condições expostas pelo vírus e sua disseminação, mas principalmente por se tratar de um ambiente de exclusão, nas palavras de Coelho Neto, esses tempos “não podem ser desconsideradas as condições de maior vulnerabilidade e dos riscos que correm esses aglomerados de exclusão”, onde vivem milhares de pessoas ocupando um pouco espaço (COELHO NETO, 2020, p. 370). Então, “as condições sociais, econômicas, políticas e territoriais desses grupos de migrantes os colocam em situação de enorme precariedade, inclusive para desenvolver práticas sanitárias para evitar os contágios e para empreender estratégias de enfrentamento dos variados impactos”, e essas situações não podem ser desconsideradas pelo estudo da Geografia (COELHO NETO, 2020, p. 370). No sentido de que, essas condições, sejam socioeconômicas e políticas específicas dos grupos migrantes “impactam no processo de reterritorialização nos novos lugares, produzindo em grande medida uma precarização territorial, sendo que o território/a territorialidade é uma condição fundante para a reprodução da vida” (COELHO NETO, 2020, p. 370).

Esse deslocamento surge muitas vezes relacionado com a “busca de encontrar a satisfação de demandas básicas como trabalho, estudo, consumo, etc. muitas pessoas são impelidas frequentemente a transpor os limites territoriais do município em que residem” (PERPÉTTUA, 2010, p. 135). Quando se fala em movimentos pendulares, fala-se desses deslocamentos que ocorrem diariamente, que podem ser definidos como deslocamentos de pessoas “entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica” (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 124).

No âmbito da Geografia, o estudo de migração pendular e pandemia se relacionam na medida em que é possível constatar que todas essas definições de questões sanitárias sobre o status que a Organização Mundial de Saúde vai dar a crise sanitária se em termos globais ou regionais implicam em “considerar a dimensão espacial, que está na base de suas significações, pois a diferença entre pandemia e epidemia se baseia na escala espacial de abrangência da disseminação de determinada doença contagiosa, manifestando-se a epidemia na escala local e regional e a pandemia configurando-se como um processo de disseminação global” (COELHO NETO, 2020, p. 372).

Assim, durante a Pandemia esse movimento de deslocamento de ida e volta da população de cidades do interior até menores, para cidades maiores, fez

aumentar nessas cidades menores o fluxo de disseminação do vírus por conta da aglomeração presente nas cidades metropolitanas (BOGUS; MAGALHÃES; PASTERNAK; SILVA, 2020).

Esse deslocamento da “grande maioria dos trabalhadores não é uma mobilidade perfeita, não é fruto de um espaço geográfico que tende ao equilíbrio e a homogeneidade e não decorre da liberdade e da pretensa racionalidade dos indivíduos”, ela está relacionada a uma gama de fatores sociais e econômicos, principalmente a desigualdade que acelera essa formação de aglomerados de exclusão, tornando esse fenômeno “muito mais de uma mobilidade contraditória, produzida por um espaço em constante processo de desenvolvimento desigual e combinado, que força os trabalhadores a se adequarem aos ditames da estrutura totalizante do capital e de sua frenética busca por acumulação” (PERPÉTUA, 2010, p. 152).

No interior do Paraná, é possível observar que os trabalhadores e estudantes se deslocam e esse movimento está relacionado em sua manifestação mais concreta “na ocorrência dos movimentos (pendulares) de trabalhadores entre áreas díspares mais e menos desenvolvidas, respectivamente de repulsão e atração de trabalhadores” (PERPÉTUA, 2010, p. 152). Por essa razão explica Perpétua, que nas “áreas menos dinâmicas da célula há o acúmulo de um estoque de força de trabalho excedente que tenciona o nível salarial médio para baixo nas áreas mais dinâmicas, de modo que o capital total (representado pelas inúmeras empresas dos diversos setores econômicos) concentrado nos centros dinâmicos pode reduzir a parcela do capital variável (remuneração da força de trabalho) na composição orgânico do capital, aumentando sempre em níveis crescentes a do capital constante” (PERPÉTUA, 2010, p. 152).

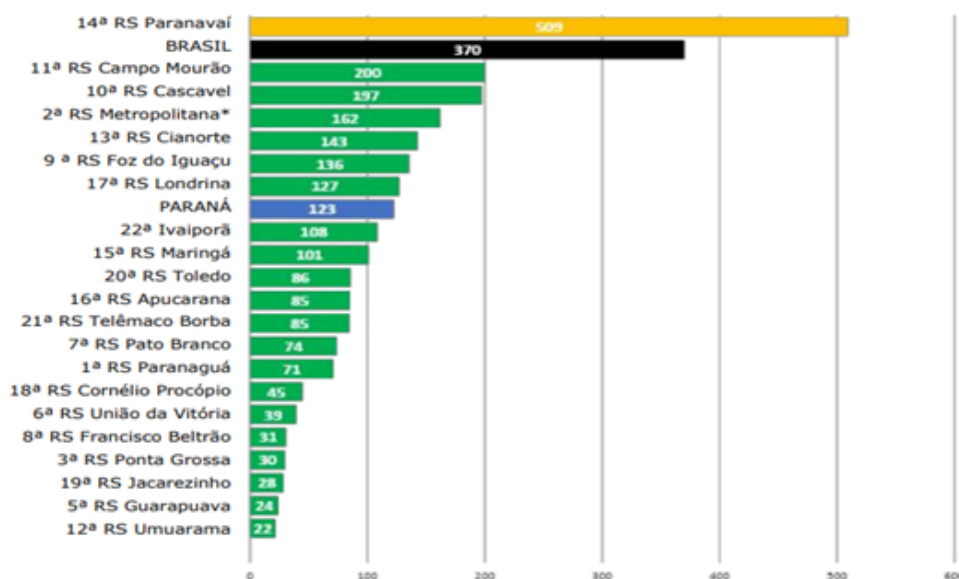
Os movimentos pendulares estão cada vez mais complexos em razão “principalmente no que diz respeito à exclusão de grandes contingentes da população mundial do mercado de trabalho (principalmente o formal)” (VASCONCELOS, 2012, p. 33). Motivo esse, que tem como característica a “integração precária no sistema produtor de mercadorias, o que vem provocando novas formas de movimentos territoriais, que não necessariamente impliquem em mudança de moradia” (VASCONCELOS, 2012, p. 33).

Nas palavras de Barcellos “o crescimento da agroindústria, a urbanização das novas fronteiras, os grandes projetos voltados para os recursos naturais criaram, no País, alternativas distintas frente à situação das grandes metrópoles”, isso demanda que diariamente populações se desloquem para tais centros e se relacionem com esse ambiente provocando o aumento dos casos de Covid-19 no retorno às suas cidades que abrigam suas moradias (BARCELLOS 1995, p.305). Com o que

chamam de “melhor desempenho da agricultura”, principalmente no Norte do Paraná, “também contribuiu para um maior poder de retenção, ou até de atração, de pequenos núcleos urbanos do Interior” (BARCELLOS 1995, p.305). Tal relação entre Covid-19 e movimentos pendulares podem ser observados nesses municípios de intensa circulação de mercadorias e aglomerados populacionais onde os casos de doenças são transmitidos de forma mais incidente (BOGUS; MAGALHÃES; PASTERNAK; SILVA, 2020).

Segundo os dados coletados pela Secretaria estadual de saúde do Estado do Paraná, é possível observar na figura 1, o alto índice de contaminação nos primeiros meses de pandemia, principalmente na 14ª regional de saúde: Paranavaí, cidade onde se localiza a sede de uma grande empresa de abate de frangos, uma das maiores do Paraná em número de funcionários.

Figura 1: Coeficiente de incidência por regional de saúde
(Casos confirmados por 1 milhão de habitantes)



Fonte: SESA, 2020

Este alto índice de contaminados da 14ª regional de saúde se deve ao fato de vários ônibus levarem funcionários da empresa do setor frigorífico a diversos municípios da região, onde não havia circulação de ar, e os trabalhadores ficavam por horas sentados um ao lado do outro.

As movimentações sejam elas pendulares ou não, “as exportações e importações entre países, a circulação de mercadorias entre fábricas e lojas, o deslocamen-

to de consumidores aos centros de compras”, ou até mesmo esses movimentos menos espaciais como:

a visita a parentes e amigos, a ida ao culto religioso, praia ou cinema, o fluxo de informações destinadas ao consumo de massa ou entre unidades de uma mesma empresa são, entre tantos outros, exemplos correntes de interações espaciais em que, de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos (CORRÊA, 1997, p. 302).

Considerações finais

Como visto a mobilidade humana, com o decorrer do tempo, tomou outras proporções, da sobrevivência, passou a ter uma importância política, econômica e social. Assim, o aumento das pessoas nas cidades, o crescimento urbano territorial, a busca por trabalho, as demandas do mercado são fatores que devem ser considerados nos estudos sobre mobilidade. Porém, é preciso pensar, também, que esses fatores são influenciados por questões econômicas e de classe.

Pensar em migrações pendulares, então, é olhar para essas outras realidades periféricas dos centros urbanos. É pensar em relações desiguais que muitas das vezes fazem com que pessoas, diariamente, saiam de uma localidade à outra em busca de trabalho ou estudo. Em busca de acesso e condições de existência.

Com os crescimentos urbanos, nem todos tiveram o acesso e a possibilidade de estar no centro das relações econômicas que garantam o direito de viver dignamente. Assim, há um movimento de periferização dos grandes centros urbanos, onde aqueles que não possuem condições econômicas suficientes residem e constroem as suas relações sociais. Contudo, são esses que vão para os centros urbanos gerar riquezas, por meio do trabalho, para aqueles que economicamente já a possuem.

Com a Pandemia de Covid-19 e com a crise sanitária dela decorrente, foi possível perceber um agravamento das desigualdades e as consequências dessas nas cidades menores, em decorrência do movimento de migração pendular. Isso porque para a manutenção dos serviços essenciais, por exemplo, muitos dos trabalhadores mantiveram seus fluxos migratórios, levando para suas cidades de origem o vírus. Impossibilitando um maior controle da disseminação, aumentando a crise econômica e de saúde pública.

Referências

BARCELLOS, T. M.; JARDIM, M. L. Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambú-MG, 2008. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABEP, 2008.

BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A.; PASTERNAK, S.; SILVA, C. R. **Desigualdades socioespaciais e disseminação da Covid-19 na Macrometrópole Paulista**. Museu da Imigração, São Paulo, 10 set. 2020.

BERSOT, I. F. Movimento pendular: o deslocamento diário dos estudantes universitários de Conceição de Macabu com destino a campos dos Goytacazes no norte Fluminense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019.

CASTLES, S.; MILLER, M. **La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

COELHO NETO, A. S. Migrações, mobilidade da população (e do trabalho) e a covid-19: condicionantes e implicações. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 21, n. 3, set. 2021.

CORRÊA, R. L. A rede urbana. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectiva de pesquisa em aglomerados urbanos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

MAZZA, D. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. **REMHU: "Migrações e fronteiras"**, v. 23, n. 44, 2015.

OLIVEIRA, P. M. Mobilidade e territorialidade: o movimento pendular intrametropolitano do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, 2., 2013, Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/oliveira-patricia-matias.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019.

PERPETUA, G. M. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, 2010.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In: MOURA, H. A. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, p. 19-88.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABEC, 1992. v. 3. p. 119-144.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, n 1, p. 131-149, 2008.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade: as consequências de atração da população para o município de Toritama**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012.

TAVARES, J. M. S.; OLIVEIRA, E. L. Alunos em movimento no Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Belo Horizonte: APEB, 2017. p. 507-603.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.